

# Programa que renegocia dívida tributária pode voltar

## Gov. Bolsonaro avalia novo parcelamento para empresas e pessoas físicas

Bernardo Caram

BRASÍLIA Sem sinal de enfraquecimento da pandemia e com cenário incerto para a recuperação econômica, o Ministério da Economia avalia relançar um programa de renegociação de dívidas tributárias voltado a empresas e pessoas físicas impactadas pela crise sanitária.

A ideia é incentivar a regularização de débitos da dívida ativa da União e evitar que o Congresso tome frente nessa discussão e crie programas de Refis (refinanciamento de dívidas tributárias), modelo considerado prejudicial ao sistema de arrecadação.

Enquanto os programas de Refis concedem benefícios lineares, iguais para os contribuintes, a chamada transação tributária avalia caso a caso e é focada apenas naqueles em situação financeira delicada.

Em 2020, a chamada transação excepcional autorizou o parcelamento de débitos em até 145 vezes, com descontos de até 70% sobre o valor total da dívida. O prazo para adesões acabou em 29 de dezembro.

De acordo com o procurador-geral-adjunto de Gestão da Dívida Ativa da União, Cristiano Neuenschwander, embora o governo ainda não tenha batido o martelo sobre a reedição do programa, a pasta

prepara modelos para a possível implementação.

“Estamos analisando o que aconteceu no programa do ano passado para embasar um novo. Os estudos estão sendo feitos neste momento e, assim que a gente tiver uma definição, a nossa medida é muito rápida de ser implantada”, disse à Folha.

“É uma possibilidade de fazer uma nova medida ou fazer uma reabertura da anterior se persistir realmente a situação [de dificuldade], conforme análise feita no ministério”, afirmou.

Uma lei aprovada pelo Congresso no ano passado permite que o Ministério da Economia crie programas desse tipo sem a necessidade de nova avaliação do Legislativo. Basta a edição de uma portaria, que tem validade imediata.

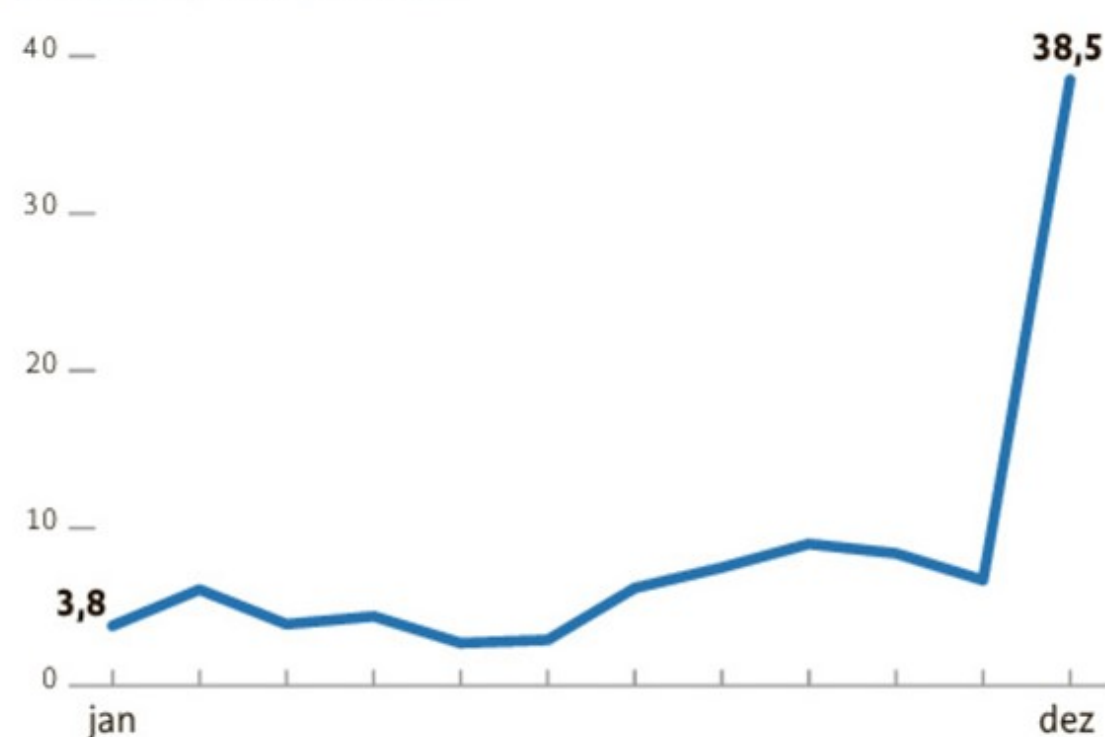
Em 2020, 268 mil contribuintes aderiram a essas renegociações, com dívidas que totalizam R\$ 81,9 bilhões. Para fechar os acordos, o governo concedeu descontos, abrindo mão de arrecadar R\$ 25,6 bilhões.

Ainda assim, a avaliação da PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) é que o resultado foi positivo, já que a maior parte desses débitos era considerada de difícil recuperação.

Quatro modalidades de

### Adesões a programas de renegociação e parcelamento de dívidas tributárias

Em 2020, em R\$ bilhões



### R\$ 25,6 bilhões

É valor total dos descontos dados pelo governo a contribuintes que renegociaram dívidas em 2020

Programas de renegociação encerrados em dezembro de 2020

	Valor máximo da dívida	Desconto sobre o total da dívida	Número de parcelas
Transação extraordinária	Sem limite	Sem desconto	Até 145
Transação excepcional	Até R\$ 150 milhões	Até 70%	Até 145
Dívidas de pequeno valor	Até 60 salários mínimos	Até 50%	Até 55
Dívidas rurais	Sem limite	Até 70%	Até 145

Fonte: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

# Estados perdem R\$ 34 bi em arrecadação em 2020

João Pedro Pitombo

SALVADOR No ano marcado pela grave crise econômica decorrente da pandemia, os estados brasileiros registraram uma perda de R\$ 34,6 bilhões em arrecadação própria comparado ao ano anterior.

Levantamento da Folha com base nos relatórios de execução orçamentária aponta que 18 estados, além do Distrito Federal, registraram queda na arrecadação própria.

Ao todo, os estados tiveram uma receita com impostos, taxas e contribuições de R\$ 571,6 bilhões entre janeiro e dezembro de 2020, ante R\$ 537 bilhões no mesmo período de 2019, em valores atualizados pela inflação. Trata-se de uma queda de 6%.

Em geral, a retração na arrecadação foi compensada pelas medidas de suspensão temporária de dívidas e pelo auxílio financeiro aos estados concedidos pelo governo federal no pacote de enfrentamento à crise da pandemia.

De acordo com levantamento do economista do Insper e colunista da Folha Marcos Mendes, o socorro às 27 unidades da Federação chegou a R\$ 68 bilhões até setembro de 2020, sendo R\$ 16,1 bilhões em suspensão do pagamento de dívidas à União e R\$ 51,9 bilhões em repasses diretos.

O programa de socorro, contudo, apresentou resultados desiguais entre os estados, segundo estudo da Rede de Pesquisa Solidária. O levantamento reúne conclusões de pesquisadores de instituições como a Universidade de São Paulo, o Cebrap e a Fundação Getúlio Vargas.

A perda da receita das unidades da Federação foi resultado direto da queda da atividade econômica. O pico das perdas se concentrou em abril, maio e junho de 2020, meses em que a maioria dos estados adotou medidas restritivas para evitar a disseminação do novo coronavírus.

Nesse período, foi registrada a forte perda de ICMS em

comparação com o mesmo mês no ano anterior. Foi o que ocorreu, por exemplo, no Ceará, que teve perda de 38% no ICMS em maio na comparação com o mesmo mês de 2019.

Em alguns estados, além da redução da atividade econômica, medidas como o parcelamento e descontos de tributos dados para alguns setores mais atingidos pela pandemia também impactaram a arrecadação, mas de maneira pontual.

Dentre as 27 unidades da Federação, o Ceará foi o estado que teve a maior queda de receita própria em 2020 (-6,8%).

O estado possui cerca de 70% da sua matriz econômica baseada no comércio, serviços e turismo, setores que foram os mais impactados pelo distanciamento social.

Dois fatores tornaram o cenário no Ceará ainda mais complicado: o primeiro foi o motim dos policiais, em fevereiro, que também impactou a atividade econômica. O segundo foi o colapso no sistema de saúde, em abril e maio, que forçou o estado a adotar medidas restritivas duras.

“A pandemia foi bastante agressiva no Ceará. As medidas adotadas limitaram a atividade empresarial porque houve a necessidade de colocar as pessoas em distanciamento. O impacto no comércio e serviços foi enorme”, diz

a secretária da Fazenda do Ceará, Fernanda Pacobahyba.

Ela ainda afirma que o estado vinha de uma base alta de arrecadação em 2019, ano em que registrou um desempenho acima do previsto. E destaca que, mesmo com as perdas, o Ceará conseguiu manter o nível de investimento em um patamar alto — foram investidos R\$ 1,8 bilhão em 2020.

A Bahia enfrentou um cenário semelhante, registrando uma queda real da arrecadação de 3,56% em 2020. O mês de maio foi o mais crítico, com uma redução de 30% na arrecadação do ICMS.

A recuperação veio no segundo semestre, puxada principalmente pelo dinheiro injetado na economia do com o auxílio emergencial. O benefício refletiu no desempenho do comércio, setor cuja arrecadação com ICMS fechou o ano com alta de 10,6%.

Por outro lado, houve perda na arrecadação em setores como serviços e indústria. A receita com a indústria caiu 4,5%.

O secretário da Fazenda da Bahia, Manoel Vitória, diz estar preocupado com o cenário econômico previsto para este ano, já que há incerteza quanto à continuidade do auxílio e de mecanismos de proteção do emprego. Para completar, o estado sofreu um ba-

que com o fechamento da fábrica da Ford em Camaçari.

“O ano de 2021 será ainda mais desafiador, já que o cenário econômico e social no país tende a se agravar, assim como permanece crescente a demanda por despesas de combate à pandemia, com forte impacto nos cofres estaduais.”

Em Goiás, a queda real na arrecadação de tributos em 2020 foi de 4,52%, valor equivalente à inflação do ano anterior. Com os repasses de cerca de R\$ 2 bilhões do governo federal para o estado, além de cortes nas despesas, as finanças se mantiveram equilibradas. Os recursos que sobraram foram usados para quitar parte do déficit da Previdência em janeiro deste ano.

“Ficamos no zero a zero. Não tivemos um desempenho maravilhoso, mas também não tivemos perdas horribéis”, diz a secretária da Economia de Goiás, Cristiane Schmidt, que destaca o papel do governo federal como determinante para melhoria da situação fiscal.

Para Schmidt, a vacinação deve ser encarada como prioridade máxima em 2021 para garantir a retomada da economia. Ela também defende a prorrogação do auxílio para os mais pobres, mas de uma forma fiscalmente responsável. “Ninguém quer que a União vá à bancarrota.”

acordos ficaram abertas até dezembro. Os programas contemplavam pessoas físicas e empresas de todos os portes, inclusive do Simples Nacional.

Grande parte dos contribuintes esperou até o limite do prazo para aderir aos programas.

Até novembro, o maior volume de dívidas renegociadas em um mês havia sido de R\$ 8,9 bilhões. Somente em dezembro, último mês do programa, as adesões totalizaram R\$ 38,5 bilhões.

Em defesa do programa, Neuenschwander afirma que, diferentemente do Refis, a transação excepcional é focada em contribuintes que passam por dificuldades e estão com capacidade de pagamento comprometida.

A concessão dos descontos também leva em conta a situação de cada pessoa ou companhia.

No caso do Refis, as vantagens concedidas são horizontais, beneficiando inclusive empresas em boa situação financeira. A pasta argumenta que esse modelo acaba incentivando o não pagamento de tributos.

No Congresso, foram apresentados ao menos três projetos em 2020 para implementar uma espécie de Refis da Covid.

“A gente fica preocupado com medidas que podem trazer um resultado ruim para a arrecadação, que permitiriam que contribuintes com alta capacidade de pagamento — alguns que até aumentaram suas receitas durante a pandemia — se beneficiassem de uma medida sem justificativa técnica, uma alocação ineficiente do gasto tributário”, disse o procurador.

Dados da PGFN apontam que mais de 80% dos contri-

buintes que se beneficiaram dos programas de Refis não estavam em situação de dificuldade e teriam condições de arcar com os tributos sem a concessão de descontos.

A transação excepcional do ano passado deu benefícios maiores para pessoas físicas, micro e pequenas empresas, Santas Casas e instituições de ensino. Nesses casos, houve desconto até 100% sobre multas, juros e encargos, respeitando o limite de 70% do valor total da dívida.

O cálculo da redução também levou em conta o impacto sofrido pela pessoa ou empresa durante a pandemia.

Para companhias de médio e grande porte, o desconto foi de até 100% sobre multas, juros e encargos, limitado a 50% do valor total da dívida.

A adesão à renegociação só era autorizada após comprovação de capacidade insuficiente de pagamento dos débitos. Para isso, foram analisados indicadores financeiros dos candidatos aos parcelamentos.

O programa de 2020 previa que no primeiro ano após a assinatura da renegociação, chamado de período de estabilização, haveria cobrança mensal de apenas 0,3% do valor do débito.

O modelo foi desenhado com pagamentos menores nos primeiros 12 meses para dar fôlego aos contribuintes impactados pela pandemia.

A dívida ativa da União reúne hoje débitos de R\$ 2,57 trilhões. Do total, quase R\$ 2 trilhões estão em situação irregular, sem acordo para pagamento ou adesão a parcelamentos.

Vinicius Torres Freire  
O colunista está em férias

## BR suspende venda de gasolina de aviação

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A BR Distribuidora decidiu suspender nesta quarta-feira (3) as vendas de gasolina de aviação após identificar problemas de qualidade no produto. A Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) recomendou que os usuários suspendam o abastecimento caso tenham evidências de contaminação.

A gasolina de aviação é usada apenas em aeronaves de menor porte e, por isso, o problema não afeta a aviação comercial. Em nota, a BR diz que está recolhendo o produto defeituoso e o substituindo por novas cargas dentro das especificações.

O problema ocorre apenas sete meses depois que a importação de um lote defeituoso pela Petrobras deixou aeronaves da aviação comercial impossibilitadas de voar no país. Na ocasião, mais de 50 aeroportos brasileiros chegaram a ficar sem o produto.

O combustível foi produzido pela Petrobras, na refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão. Em comunicado no início da manhã, a BR disse que a suspensão das vendas ocorreu após a detecção “de um parâmetro do combustível fora dos limites de especificação”.

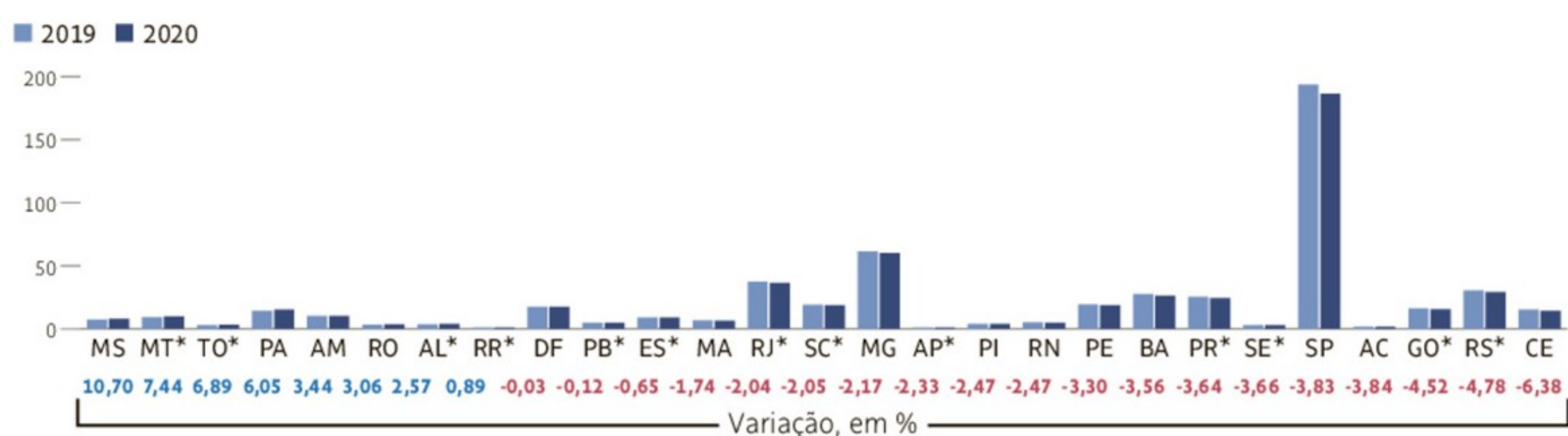
No fim da noite, a Petrobras confirmou o problema, mas disse que o produto atendia todos os parâmetros da ANP quando foi vendido.

Em junho de 2020, a Petrobras alegou que o produto com problemas foi comprado em um fornecedor “de reputação” nos EUA. Agora, disse que instalou uma comissão interna para apurar as causas do problema.

A estatal afirmou ainda que o novo lote chegará ao mercado no dia 8.

### Estados têm queda de arrecadação no 2020 da pandemia

Arrecadação tributária por estado, em R\$ bi



\*Repasse a municípios já está deduzido na arrecadação \*\*Atualizado pelo IPCA de 01/2020 a 12/2020  
Fonte: Governos Estaduais